

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Requerimento nº de agosto de 2016

(Do Senhor Chico Lopes)

Requer a realização de Audiência Pública sobre os procedimentos adotados pela Fazenda Nacional e os órgãos de controle para inibir a sonegação fiscal e recuperar as receitas públicas.

Requeiro nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública com o objetivo de esclarecer quais os procedimentos adotados pela Fazenda Nacional e os órgãos de controle para inibir a sonegação fiscal e recuperar as receitas públicas, oportunizando aos consumidores o acesso a informações sobre questões tributárias.

Justificação

Num momento em que o governo federal promove um ajuste para tentar compensar a perda de receitas, o combate à sonegação deveria ganhar um relevo ainda maior. Os números do calote são impressionantes. De acordo com o Sindicato dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz), até o final do ano, terão sido sonegados cerca de R\$ 500 bilhões de reais, valor 7,5 vezes maior que os R\$ 66 bilhões do ajuste proposto pelo governo.

“Deste valor, cerca de 80% passaram por mecanismos sofisticados de lavagem de dinheiro. Os responsáveis pela sangria anual que deve ultrapassar os R\$ 500 bi em 2015 (mais de 10% do PIB) são figuras poderosas (...) Como se não bastasse, o saldo da Dívida Ativa da União (DAU) registrou R\$1,162 trilhão apenas de débitos tributários até o mês de julho. Isto, sem incluir os não tributários, que superam a cifra de R\$ 300 bilhões”, aponta o Sinprofaz, em seu site.

A maior parte desses débitos (62% ou R\$ 723,3 bilhões) pertence a cerca de 12 mil empresas. Juntos, apenas os 500 maiores devedores da União acumulam débitos de R\$ 392,3 bilhões.

Recentemente a imprensa noticiou que o empresário Laodse de Abreu Duarte, um dos diretores da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), é o maior devedor da União entre as pessoas físicas. Sua dívida é maior do que a dos governos da Bahia, de Pernambuco e de outros 16 Estados individualmente: R\$ 6,9 bilhões. Além de Laodse, aparecem no topo do ranking dos devedores pessoas físicas dois de seus irmãos: Luiz Lian e Luce Cleo, com dívidas superiores a R\$ 6,6 bilhões.

“Quem sonega imposto no Brasil são os grandes empresários, os grandes bancos. Porque o trabalhador, o pobre e a classe média pagam seus impostos. Têm seus impostos descontados na fonte. Quando vão comprar um biscoito, uma massa no mercado, pagam imposto. São as grandes empresas, que têm grandes departamentos de planejamento tributário, dezenas e centenas de advogados, que conseguem, através de mecanismos que driblam as regras, deixar de recolher seus impostos”, critica João Sicsú, professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em entrevista ao **Vermelho**.

Enquanto o governo interino anuncia déficit de R\$ 170 bilhões nas contas públicas para 2016, o país vai deixar de arrecadar o triplo desse valor, cerca de R\$ 500 bilhões em impostos, no mesmo período. Os dados são do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz).

O montante não arrecadado por conta da sonegação representa cerca de 13% do PIB. Segundo o professor de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Eduardo Fagnani, o total acumulado da dívida chega a R\$ 1,5 trilhão.

Até meados deste ano, o país havia deixado de recolher mais de R\$ 286 bilhões, segundo o sonegômetro, instrumento criado pelo

Sinprofaz. Como comparação, este valor é 40 vezes maior que o orçamento do programa Minha Casa, Minha Vida, e nove vezes maior que os recursos destinados ao Bolsa Família.

A realização dessa audiência pública no âmbito da Comissão de Defesa do Consumidor tem o intuito de esclarecer ao consumidor os sobre os procedimentos adotados pela Fazenda Nacional e os órgãos de controle para inibir a sonegação fiscal e recuperar as receitas públicas.

Para tanto sugiro, convidar representantes da Receita Federal; da Procuradoria da Fazenda Nacional (PGFN); do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz); da Secretaria de Direito Econômico (SDE) do Ministério da Justiça e Cidadania e o Ministério Público Federal.

Sala das Reuniões, em agosto de 2016

Deputado Chico Lopes
PCdoB-CE